



PATRIMÔNIO E MATRIMÔNIO II: REPENSAR A HISTORIOGRAFIA DAS LITERATURAS NACIONAIS¹

PATRIMONY AND MATRIMONY II: RETHINKING THE
HISTORIOGRAPHY OF NATIONAL LITERATURES

Ria Lemaire²

Resumo: Ao fazer o balanço de quase meio século de estudos de mulher, coloca-se um dilema interessante. Vale a pena lutar mais cinquenta anos para a integração, até agora não conseguida, das mulheres autoras no Cânone e na História da Literatura brasileira? Ou será que a própria *ordem* do seu *discurso* convencional impede a partilha desse espaço nacional privilegiado? Repensar funções e funcionamentos altamente politizados que tiveram nos séculos XIX e XX a historiografia das Literaturas nacionais e os cânones por ela estabelecidos, abre outros caminhos de outras historiografias e histórias para as quais uma *arqueologia* crítica do saber convencional, trazendo novas transgressões, subversões e descentramentos, permitirá esboçar novos itinerários.

Palavras-chave: Historiografia; Ordem do discurso; Política; Sexualidade; Mulher-autora.

¹ Este 'Patrimônio e Matrimônio II' constitui a continuação de 'Patrimônio e Matrimônio I – proposta para uma nova historiografia da cultura ocidental'. In: Educar em Revista n. 70 (jul/ago 2018) e prepara 'Patrimônio e Matrimônio III' – arqueologia do saber e nova historiografia. In: Claudia REJANNE (org.). *Maria Magdalena do Espírito Santo de Araújo: onde está ela?*

² Profa emérita da Universidade de Poitiers, França. E-mail: rialemaire@hotmail.com.

Abstract: *Striking a balance of nearly fifty years of women's studies, brings up an interesting dilemma. Should women fight fifty years more for the not yet realized integration of women-writers into the Canon and History of Brazilian Literature? Or should they realize that the order itself of its historiographical discourse makes the division or sharing of this privileged part of national territory impossible? Rethinking and questioning the highly politicized functions of literary historiography and its canons in the XIXth and XXth century, opens new ways of making historiography, history and canons, for which an archaeology of conventional knowledge brings up new transgressions, subversions and decentralizations and traces new itineraries.*

Keywords: *Historiography; Order of discourse; Politics, Sexuality; Woman-author.*

INTRODUÇÃO

Já estamos no limiar da comemoração dos cinquenta anos de um movimento que marcou e transformou definitivamente os Estudos de Letras e o seu ensino da História da Literatura, a saber, o começo da segunda vaga feminista, por volta do ano 70 do século XX e, decorrente dela, a invasão das Faculdades de Letras pelos Estudos de Mulher e de Gênero. As três temáticas propostas pelas organizadoras do Seminário: - transgressões, descentramentos e subversões -, revelam uma consciência do longo caminho subversivo percorrido e das profundas transformações já realizadas. Esse meio século de estudos de mulher abalou radicalmente o mundinho das Letras, a sua superioridade elitista e sobranceira tão inquestionavelmente sustentada por um paradigma “científico”, composto de verdades universais e eternas que enchiam as salas de aula desde a fundação dos departamentos de línguas e literaturas nacionais em finais do século XIX.

Como aluna do departamento de francês da Universidade de Leyden na Holanda, já estava consciente naquela altura do viricentrismo dos meus estudos e do seu confinamento nacionalista por trás de fronteiras que eram políticas; não estudávamos textos de mulheres e não tínhamos aulas com professores ou estudantes dos outros departamentos de Letras. De vez em quando surgia uma pergunta tímida de uma aluna: Christine de Pisan? George Sand? Simone de Beauvoir? A reação dos professores, invariavelmente negativa, chegava como um açoite, desencorajando de antemão e para o resto do ano letivo toda e qualquer nova tentativa de feminização do programa de estudos. Querer terminar os estudos com um trabalho de final de curso sobre uma mulher-autora era considerado a-científico e motivo justo para a exclusão da carreira acadêmica.

Foi Kate Millett que trouxe, com *Sexual Politics* (1970), a consciência de que essas grandes obras literárias e as suas “mulheres imaginadas” por

homens-autores (BAL,1985) tinham funcionado, em contextos históricos bem específicos e nada universais, como instrumentos politico-ideológicos da exclusão da mulher. O estudo de Millet teve um efeito de *epifania*: de repente foi possível ver a Literatura que se ensinava convencionalmente como um fenômeno espiritual superior, longe e bem acima da realidade da vida cotidiana, como um produto dessa vida mesmo, de contextos socio-políticos historicamente delimitados, dentro dos quais ela tinha servido como suporte ideológico e instrumento de opressão da mulher e da sua sexualidade.

Em 1976 saiu *Alone of all her Sex*, em que Marina Warner publicou um estudo pormenorizado das representações da figura histórica de Maria, mãe do Cristo. O estudo permitiu ver as Artes, Literatura, Teologia, Filosofia e Historiografia do mundo ocidental como armas políticas das elites masculinas na sua guerra sorrateira e milenar contra a mulher, ao colocar o efeito de *epifania* que trouxe o estudo de Kate Millet em relação às Literaturas nacionais no nível muito mais global e abrangente da civilização ocidental. Enxergava-se nessa história interdisciplinar da Virgem-Mãe Maria a existência, - subjacente ao mito humanista da razão, espiritualidade e superioridade masculinas -, um tabu, uma realidade bem diferente: a da existência de uma “política sexual”, motivada pela vontade obsessiva de controle e dominação da mulher e que tem como foco central a sexualidade feminina.

Os conceitos que definem a temática tripartite do Seminário revelam o caminho percorrido pelos estudos de mulher, desde essas primeiras *epifanias* que já parecem longínquas ao balanço impressionante que ela formula: uma mudança radical de paradigma científico. Houve um conjunto de *transgressões*, no sentido original do termo latim *trans + gradi* que significava: andar, caminhar além de limites para entrar em terreno interdito. Foram transgredidas tanto as fronteiras geo-políticas das disciplinas convencionais e as suas periodizações no tempo, como os limites impostos por seus códigos e pressupostos; foram conquistados espaços proibidos. Através do latim eclesiástico, o conceito de *transgressão* já chegou nas línguas românicas com o sentido moral de pecado. A sua primeira ocorrência data de 1230 com o significado de: violar a lei divina e foi exatamente o que fizeram as mulheres ao denunciar e derrubar as verdades universais e sacrossantas do discurso humanista vigente.

E houve descentramento ao desmascarar o conceito humanista, renascentista de *homo sapiens*. Originalmente grego, o conceito de *kentron* denota o ponto central de um círculo a partir do qual irradiam o poder, o

conhecimento, a verdade. Foi assim que os alunos dos cursos de Letras aprendiam tradicionalmente a escutar e temer os seus professores: humanistas, dignos representantes e porta-vozes de *homo sapiens* branco, exclusivamente masculino, membro da alta burguesia e centro de irradiação, - à imagem de Deus no cosmos! -, da produção e transmissão dos conhecimentos de uma ciência espiritual, superior a todas as outras formas de conhecimento que são produtos da experiência e da observação da vida e da realidade, desprezadas como inferiores e banais.

E ... a estratégia da *subversão*, termo derivado do baixo-latim *subversio*, cuja primeira ocorrência em línguas românicas, com o sentido de subverter a ordem estabelecida, data de 1440. Foi ela que permitiu derrubar o paradigma convencional e a sua *ordem do discurso* (FOUCAULT, 1970) que desde a época do Renascimento monopolizavam os estudos das culturas, artes e literaturas do mundo ocidental e cujos pressupostos os estudos de mulher desmascaram como preconceitos.

O balanço dos cinquenta anos é impressionante. Ele comporta, além de uma riquíssima História da Literatura de mulheres-escritoras resgastadas em todas as épocas da história, em todos os períodos da historiografia oficial, em todos os países do mundo ocidental, também uma desconstrução das representações das mulheres imaginadas na História da Literatura de autoria masculina e ainda o resgate de inúmeras mulheres-heroínas históricas, reabilitadas como atores sociais e culturais. O desmascaramento do mito da Razão masculina como fonte do verdadeiro conhecimento, juntamente com as três histórias-ainda-não-redigidas mas já resgatadas, permitiu abrir caminhos para outros espaços e tempos da fala, trazendo o corpo, a sexualidade, a vida vivida, a *escrevivência* (DUARTE et al., 2016), a emoção e intuição como fontes autênticas de conhecimento, sabedoria, arte e literatura.

VIRGENS NEGRAS E BRANCAS DO CAMINHO DE SANTIAGO

Foi com esse novo paradigma já bem assentado e com a missão que me foi confiada pelas organizadoras do Seminário: - fazer um balanço dos cinquenta anos e pensar, a partir dele, a questão da integração da mulher no Cânone e na História da Literatura brasileira -, que decidi realizar no verão de 2017 um sonho que nasceu em 1976 com a leitura de *Alone of All Her Sex* de Marina Warner. Fui, enfim, fazer o Caminho de Santiago e visitar todas as grutas, capelas e santuários dedicados a *Virgenes/Virgens* negras e brancas, cuja

memória a Igreja católica, em aliança com os poderes públicos, tentou em vão deturpar e apagar no decorrer dos séculos. Houve, contra as *Virgens* do Caminho, duas grandes campanhas/cruzadas, além de milhares de ataques individuais, locais, sorrateiros e muitas vezes quase despercebidos. Tantas Virgens sumiram misteriosamente do seu santuário, “roubadas” por “ladrões”, ou destruídas por “loucos”, ou ainda “ocultadas” em épocas de guerra para nunca mais serem encontradas depois!

A primeira campanha foi político-religiosa. Foi a da criação, a partir de 843, do Caminho de Santiago cujo santo protagonista será masculino e, para as Virgens, um concorrente de primeira na figura do apóstolo Sant’Iago, o santo padroeiro da guerra da Reconquista contra os Mouros. Esse “novo” caminho veio substituir a peregrinação antiquíssima da deusa Mãe-Terra, deusa negra, que conduzia os peregrinos de todo o continente europeu até o lugar que era considerado na Idade Média o fim do mundo: o cabo de Fi(ni)sterra, situado a uns cem quilômetros a oeste da cidade de Santiago de Compostela.

A estratégia das elites políticas e religiosas aliadas, - estamos na primeira era feudal -, deixa pouco espaço para dúvidas sobre os seus objetivos. A peregrinação antiga foi um caminho-itinerário de muitas Virgens, divindades e santas, de cultos e rituais pré-cristãos relacionados com a vida, a Natureza, a sexualidade sagrada e a deusa Mãe-Terra. A invenção e imposição do santo-padroeiro, Sant’Iago, e da nova destinação, Santiago de Compostela, desapoderou os espaços sagrados rurais da antiga peregrinação: grutas, capelinhas, pedras e fontes. Invalidou os seus focos: natureza, fertilidade, fecundidade, cura, sexualidade sagrada. Impos um centro urbano, sede de um santo masculino, padroeiro dos guerreiros, um culto único e um objetivo central: a penitência e a remissão dos pecados.

No decorrer dos séculos, num processo e com estratégias parecidas com as que descreve Marina Warner no da mitificação da Mãe Maria, as milhares de divindades e Virgens, mulheres santas, curandeiras, milagreiras, pregadoras, descendentes das sacerdotisas do culto da Mãe-Terra, serão substituídas progressivamente por santos masculinos ou, - através de nova campanha, desta vez ideológica, na segunda era medieval - assimiladas à única *Virgem* verdadeira, a Mãe-Maria, branca e *virgem*, no novo sentido que inventou a Igreja para esse conceito, a saber: a que não teve sexo com homem.

Finais do século XI, encerra-se a primeira etapa da grande obra de demolição das antigas estruturas do Caminho da peregrinação. Os reis dos

novos reinos, fundados ao ritmo da Reconquista (Aragão, Navarra, Castela ...), em aliança com a Igreja católica, fundam os grandes monumentos da sua Aliança: as igrejas românicas e os imponentes monastérios que vêm por fim aos modestos conventos dúplices de culto céltico, visigodo, hispânico ou moçárabe. Símbolos arquitetônicos do poder cristão bem instalado, os novos conventos serão exclusivamente masculinos ou femininos; eles seguirão a regra beneditina e serão os centros da vida intelectual e religiosa da segunda era medieval. A sua missão será também: acolher e edificar os peregrinos do Caminho de Santiago. Lenta e progressivamente, no decorrer dos séculos, os conventos das mulheres e suas abadessas serão subordinadas, pelos Papas da Igreja, à autoridade de um bispo ou abade, submetidas a regras cada vez mais rígidas de clausura e de confinamento em tarefas “femininas”, subalternas e devocionais.

Faltava reeducar o imaginário religioso dos peregrinos; chegou a hora de criar uma nova *comunidade imaginada* (ANDERSON, 1988) de “bons” cristãos; de inventar novas vidas de santos e santas para servirem como modelos (DUBY, 1981); missão à qual se dedicarão, na segunda era feudal, os monjes nos seus imponentes monastérios recém-construídos e os seus donos e dirigentes, nobres e eclesiásticos. Destacam-se, nesta segunda campanha, as atividades do rei Afonso X, o Sábio, rei de Castela e Leon (1252-1282), uma das figuras-ícones da História da Literatura medieval ibérica, ao qual a historiografia oficial da Literatura atribui a autoria das 420 *Cantigas de Santa Maria*. (Lemaire, 2018)

Na verdade, muitas dessas cantigas são *contrafacta*, – contrafeições –, frutos de um trabalho de recolha de cantigas relacionadas com as *Virgens* milagreiras dos santuários ao longo dos Caminhos de Santiago. Reunidas nos *scriptoria* do rei, as cantigas que contavam as suas vidas e curas milagrosas, eram re-transcritas, reinventadas pelos monjes. Nesses novos/velhos cantos, os monjes transformavam, em conformidade com a doutrina oficial, o som e a letra tradicionais em cânticos religiosos, adaptando os seus ritmos aos do ofício divino gregoriano, praticado nas igrejas da época. Neles, todos os milagres estão atribuídos à única *Virgem* verdadeira, a Mãe Maria, com o objetivo de divulgação por cantos estruturados em torno da repetição contínua da nova verdade, - cantada pelos peregrinos sob forma de refrão -, nas capelas, igrejas e mosteiros ao longo do Caminho.

No decorrer dos séculos, as Virgens negras, descendentes da deusa Mãe-Terra, verão chegar no seu santuário poderosos concorrentes masculinos, como foi o caso da Virgem Negra de Rocamadour na França que viu aparecer ao seu

lado, em 1166, de repente, do nada, um novo santo, Saint Amadour, cujo culto a Igreja vai propagar com muita força.



Nossa Senhora de Rocamadour

Ou elas embranquecerão aos poucos, repintadas com cores mais claras ou substituídas pelas estátuas mais “bonitas”, mais “modernas” da Mãe Maria e um culto ou romaria num dos dias de festa da Virgem-Mãe. A estratégia de embranquecimento, hoje em dia, pratica-se acompanhada por historiadores de arte e especialistas em técnicas de restauração segundo as “modas teóricas” do momento, como aconteceu recentemente com outra virgem negra da França, a Virgem do Pilar, restaurada com base na teoria da policromia medieval:



A Virgem Negra do Pilar da Catedral de Chartres (França), antes e depois da restauração da estátua em 2013

Historiografia e verdade histórica

Fui fazer o Caminho de Santiago a procura de reminiscências dessas *virgens* no sentido original da palavra: mulheres santas, sexualmente independentes, milagreiras, pregadoras e sacerdotisas de antiquíssimos cultos do corpo, da fertilidade, da fecundidade e da sexualidade sagrada. Assim foi

que cheguei, passando de capela a ermida, de igreja a convento, no Monastério de San Juan de la Peña, situado a 1200 metros de altura nas montanhas dos Pireneus e abrigado no que é, no fundo, uma imensa gruta debaixo de um enorme penhasco que lhe serve de tecto natural. Foi muita emoção, porque sabia que cheguei num daqueles inúmeros sanctuários-gruta onde peregrinas e peregrinos indo-europeus, desde tempos imemoriais, praticaram os seus rituais ao visitarem para consulta, cura, edificação religiosa ou espiritual ou como penitência os homens e mulheres eremitas ou cenobitas que viviam nessas grutas e ermidas.

Muitas vezes, naqueles passados longínquos, esses peregrinos, motivados pela fé e inspirados pelo exemplo do santo homem, da santa mulher do lugar, decidiam ficar lá para sempre. Foi assim que, em torno da ermida, nasciam as pequenas comunidades, às vezes de homens ou de mulheres só, outras vezes, muitas vezes, de homens e mulheres juntos, chamados na Península ibérica de *conventos dúplices*, geralmente dirigidos por uma mulher abadessa e onde homens e mulheres viviam num pé de igualdade, companheiros e companheiras na gestão da comunidade; sacerdotes e sacerdotisas das cerimônias religiosas na comunidade e da pregação da fé na região.

Os documentos históricos mencionam San Juan de la Peña desde o século V. Na época dos Visigodos havia lá uma pequena comunidade de cenobitas, de regra visigoda. A arquitetura do monastério revela e ilustra os grandes momentos da história politico-religiosa da Península e da Europa. Visita-se, primeiro a igreja de baixo. Com fundamentos muito antigos, visigodos, ela é pré-românica, moçárabe, da primeira era medieval. Foi construída no século IX, na época do que se convencionou chamar de *Renascença carolíngia*, quando se tecem na Europa do Império de Carlos Magno os laços decisivos entre poder político e religioso e que os monastérios e as suas escolas monásticas se tornam a base intelectual e espiritual da aliança entre o poder político e o eclesiástico. Subindo, e antes de atingir a capela gótica, o caminhante peregrino chega na igreja de cima e no magnífico claustro românicos, inaugurados em 1094, no auge da segunda era medieval e com o “novo” Caminho de Santiago já institucionalizado, quando o rei do reino de Aragão transforma o mosteiro de San Juan de la Peña num dos maiores centros intelectuais e religiosos do mundo cristão.

O monastério oferece aos visitantes uma exposição permanente que mostra a vida dos monjes dessa época de maior brilho e fama, dedicados ao culto católico beneditino e ao estudo e à produção contínua de manuscritos nos *scriptoria*. Bem no centro da exposição está exposto um lindo cartaz que mostra um monje-escriba, acompanhado de um texto do filósofo espanhol Miguel de Unamuno (1864-1936) :

Los monjes escribían en paz hechos de guerra, y al escribir historia la hacían. Que el hecho histórico es espiritual y consiste en lo que a los hombres se les hace creer que queda de lo que pasó en la leyenda.

Sozinha, na parte da tarde, num silêncio total, comovida por ter chegado, enfim, naquele lugar onde milhões de peregrinos e peregrinas, desde tantos séculos, já vieram depositar a sua fé, os seus sonhos e preocupações, fiquei parada, lendo, relendo o texto do cartaz, tão lindo, tão poético, tão evocador!

De repente, naquele estado de quase êxtase, surgiu uma pergunta perturbante: Esses monges deste convento escreviam mesmo história no sentido moderno da palavra: compor escrevendo? Graças ao debate pós-moderno sobre o scriptocentrismo do discurso dos estudos de Letras, a resposta pode ser dada com certeza absoluta: Não, ninguém na Idade Média “escrevia” no sentido moderno da palavra; a “literatura” da Idade Média é uma literatura da voz transcrita. Os monjes copiavam manuscritos mais antigos ou transcreviam os textos que um *lector*, sentado no scriptorium na frente deles, ditava horas e horas em seguida. Contrariamente ao que sugere Unamuno, não foram os monjes que faziam, *hacian*, a história; não foram eles que transformavam a verdade do fato histórico, real, *el hecho historico*, em nova verdade, superior e *espiritual*. Foram os seus comitentes que a ditavam e os cronistas que, como explica Fernão Lopes no prefácio da *Crónica de D. João primeiro* (1443), trabalhavam ao serviço de um rei ou homem nobre e poderoso. Encarregados de registrar por escrito o que “se faz acreditar às pessoas”, *lo que a los hombres se les hace creer*, eles contavam as conquistas do seu dono-comitente, as suas façanhas e ações heróicas, com o objetivo de legitimar o seu poder e o da sua família através do enaltecimento, da glorificação e gabação de heroísmos passados e presentes.

A necessidade de “fazer acreditar” essa verdade “espiritual”, parcialmente inventada num contexto altamente politizado, explica um fenômeno bem perturbante: o da obnubilação deliberada da verdade histórica dos fatos com a conivência de todos os “companheiros sabedores do contrário”,

e que Fernão Lopes, por ter sido contemporâneo dos acontecimentos relatados conhecia tão bem:

...louvando-a dizem sempre mais daquele que é; e, se doutro modo, nom escrevem suas perdas tam mingudadamente como aconteceram (...)seus companheiros bem sabedores de todo o contrairo ... (1976, p.14)

A historiografia medieval é política; ela é o resultado de três processos de construção do fato histórico e falsificação da sua memória, a saber: a glorificação e enaltecimento dos heróis e da sua violência guerreira, a diminuição e amnésia dos seus fracassos e perdas, o desprezo e rebaixamento dos inimigos.

HISTORIOGRAFIA: LEI DIVINA, VERDADE UNIVERSAL E VERDADE CIENTÍFICA

Salientemos, antes de continuar o caminho das Virgens, que o texto de Unamuno permite situar o trabalho dos monjes de San Juan de la Peña no contexto literário evocado por Fernão Lopes, a saber o do gênero épico-narrativo. Esses monjes “escribian en paz hechos de guerra.” A dicotomia, paz/guerra revela a estrutura básica da sociedade medieval, estabelecida desde o ano 325, pelo Concílio de Niceia, quando a religião cristã de seita perseguida se transforma em religião oficial do Império romano pela aliança de duas classes sociais que serão chamadas na Idade Média de *ordens* ou *estados*, a saber: a ordem da nobreza e a do clero. Essas duas classes sociais vão partilhar o poder, domesticando a violência masculina bruta através de duas “especializações” complementares. De um lado, haverá as guerras e cruzadas para os guerreiros/cavaleiros, homens predadores, com o objetivo social e político de canalizar e aproveitar utilmente a violência masculina. De outro lado, o ofício religioso e a espiritualidade dos homens pregadores; a sublimação dessa violência sexual e guerreira pela vida espiritual, o chamado *celibato* e a castidade: rezar, ensinar, pregar a verdadeira fé e a paz.

Essa é a visão oficial da Idade Média e dos estudos da história e literatura medievais; o mito de sua fundação. Esse mito das origens, Unamuno repete e perpetua-o nos anos 20 do século XX, como farão os outros grandes historiadores do seu tempo, ao reproduzirem *mutatis mutandis* os princípios e as práticas da historiografia do século XIX. As suas duas estratégias discursivas: louvar/ fazer acreditar e diminuir/ fazer esquecer, distinguidas por Fernão Lopes, estarão presentes de novo na conferência de 1888 de Ernest Renan,

intitulada ‘Qu’est-ce qu’une nation?’ (O que é que é uma Nação?), quando Renan refere à memória/amnésia que todos os cidadãos têm que praticar sobre as raízes antigas comuns dos Estados-Nações modernos: “Ora, a essência de uma nação é que todos os indivíduos tenham muitas coisas em comum e também que todos tenham esquecido muitas coisas”.³

No século XX de Unamuno, como na Idade Média de Fernão Lopes, a aprendizagem da História baseia-se no mesmo processo coletivo de aprendizagem de uma verdade “espiritual” escrita, imposta por uma elite masculina e de silenciamento e amnésia compulsórios das verdades, *leyendas* em termos de Unamuno, que contam os que viram e viveram e os que ouviram contar os fatos históricos acontecidos.

A estrutura básica da historiografia do mito medieval da missão das duas classes é binária e dicotômica, ao opor a guerra à paz, o guerreiro ao rezador, a violência à espiritualidade. Porém, a dicotomia só mostra a superfície da realidade medieval. Quem for, por exemplo com lentes de mulher, olhar por baixo dessa estrutura que opõe duas classes de homens, enxerga outra, subjacente e fundada na mesma violência e na cumplicidade das duas ordens – na verdade uma casta única - frente a um objetivo comum: o do desapoderamento e silenciamento da mulher, tanto na vida pública quanto na vida religiosa e eclesiástica. (DUBY, 1981) A profunda misoginia dos pregadores e a insaciável fome do poder dos guerreiros-predadores são os dois lados de uma mesma medalha, a da violência guerreira e sexual masculina que se vive de duas maneiras diferentes. A diferença é só na maneira de se exteriorizar – física ou espiritualmente - para poder se completar e legitimar mutuamente. Pela guerra, de um lado, que permite o massacre dos inimigos, o rapto e estupro das suas mulheres e a apropriação dos seus bens. E, de outro lado, pela “guerra espiritual” e a propagação da fé – da única e verdadeira fé - que transforma e idealiza a violência bruta, a matança, em ação heroica, em guerra justa ao serviço de Deus, em direito e lei divina. Esse trabalho “espiritual” de legitimação que obnubila a crueldade e injustiça dos fatos cometidos, transforma o que foram crimes contra a humanidade em

³ Ernest RENAN, numa conferência, no dia 11 de março de 1882, no Collège de France, Paris. O texto completo encontra-se no volume I das *Œuvres Complètes* e foi publicado e republicado inúmeras vezes como literatura obrigatória para os exames dos concursos nacionais. “Or l’essence d’une nation est que tous les individus aient beaucoup de choses en commun, et aussi que tous aient oublié bien des choses.” (1947, p.89)

merecimento, direito, justiça, em lei divina, a tal ponto que as pessoas não veem mais a crueldade dos fatos, tornando-se inconscientemente cúmplices.

Os gêneros épicos (epopeia, romance épico, crônica, genealogia, hagiografia) constituem no contexto medieval os suportes literários da luta pelo poder patriarcal, pela glorificação e enaltecimento do gênio masculino e o silenciamento, a exclusão e submissão da mulher. Os seus pressupostos atravessarão os séculos, passando pela glorificação de *homo sapiens* renascentista e a superioridade do erudito intelectual humanista, aos escritores-historiadores da política, artes e literaturas nacionais nos séculos XIX e XX, até às instituições do século XXI. (RACINE/TREBITSCH, 2004)

ESTUDOS DE LETRAS

Quando, depois da fundação dos primeiros departamentos de História Nacional nas universidades de Paris e de Berlim (1810), os intelectuais da época se encarregam de inventar para o seu Estado-Nação, a partir de documentos cuidadosamente selecionados, organizados e estruturados, as *narrativas* (HAYDEN WHITE, 1973) sobre o seu passado longínquo e heróico, justificador do seu poder atual e da violência exercida contra os que tem que aprender a serem seus cidadãos, a legitimação dada pelos intelectuais para a violência política basear-se-á em pressupostos que só na segunda parte do século XX, lenta e progressivamente, serão desmascarados como preconceitos, recebendo nomes tais como nacionalismo, viricentrismo, eurocentrismo, racismo, scriptocentrismo etc.

Em finais do século XIX se fundam, nas universidades, os departamentos de línguas e literaturas nacionais. Os professores vão pesquisar, redigir e ensinar as Histórias da Literatura (inglesa, alemã, italiana, portuguesa, brasileira ...) dentro do mesmo espírito e com os mesmos métodos de seleção, organização, estruturação e estetização dos colegas dos departamentos de História nacional. Organizadas sob forma de “genealogia” de gerações de heróis-escritores geniais e nacionais, elas silenciam as vozes das tradições orais e regionais, das mulheres, de autores das classes subalternas, ao justificar a sua exclusão do cânone-genealogia com o argumento da sua inferioridade e da falta de “coragem”, quer dizer: de gênio, de cultura, de formação. A *ordem do discurso* inicialmente épico-guerreiro não mudou; até uma época recente, na teoria e historiografia literárias, o conceito central para indicar os protagonistas das narrativas era o de *herói*. Até hoje em dia, a historiografia da literatura

ocidental tem como dogma inabalável a primazia do gênero épico (quer dizer: a guerra) como, origem, base e fonte de toda a literatura.

Esses intelectuais dos séculos XIX e XX que marcaram e formataram tanto as nossas estruturas mentais e imaginárias, quanto o sistema do ensino formal, foram num certo sentido os heróis do século XIX e XX, dignos sucessores dos cavaleiros medievais e dos padres, bispos e papas da Igreja, na defesa das fronteiras, leis e crenças da sua terra, o Estado-Nação, como um dia disse o próprio Unamuno, reitor da universidade de Salamanca, no seu lendário discurso de 12 de outubro de 1936: “Este es el templo de la inteligencia! Y yo soy su supremo sacerdote.” Difícil encontrar um texto que ilustra melhor a consciência profunda da relação entre a lei divina do clero, a verdade universal do erudito humanista e a verdade científica que ensinam os intelectuais do século XX.

Na época, “fazer/hacer” a história da Nação era considerado uma missão, era quase um sacerdócio. Aqueles grandes historiadores do século XIX e XX ainda pertencem à linhagem do erudito, intelectual humanista que nasce na época do Renascimento. Orgulhosos da sua missão, da sua verdade superior às outras, e da sua superioridade como homens brancos, cultos, filhos e aliados da classe burguesa no poder, eles são também grandes escritores: Michelet na França, Unamuno na Espanha, Herculano, Oliveira Martins, Teófilo Braga em Portugal. Nos anos 20 e 30 do século XX, o seu trabalho será ainda qualificado como “política do espírito” (no sentido positivo do termo) e como “supremo bem” da Nação (VALERY, 1957, p. 1015-16). Esse supremo bem impôs alguns sacrifícios “naturais” e justos, claro, tais como o silenciamento da mulher, a marginalização das tradições orais, das línguas regionais, dos eruditos folcloristas estudiosos delas ...

Em 2004, o grupo de pesquisa História dos Intelectuais do CNRS francês, publica os resultados das suas pesquisas de gênero num estudo intitulado, *Histoire des Intellectuelles* (RACINE/TREBITSCH, 2004). Essa história permite redescobrir, na atualidade contemporânea das ciências, as duas estratégias, a da autoglorificação masculina e a da depreciação da mulher. Numa das contribuições que compara a fortuna crítica de Jean-Paul Sartre à de Simone de Beauvoir, a autora constata que: “Exatamente como o exército (...) as instituições

masculinas secretam uma cultura específica de autoglorificação e de desvalorização da mulher.” (CHAPERON, 2004: 133)⁴

FAZER HISTÓRIA: DISTORCER PARA SILENCIAR E DESAPODERAR

Desvalorização e secretar são termos muito fortes que indicam de maneira explícita que o silenciamento da mulher na civilização ocidental não passou só pela violência física, sexual, social e política. A história das duas mulheres mais mencionadas no Novo Testamento e mais representadas nas Artes e Literaturas do mundo ocidental, a Mãe-Virgem Maria e a prostituta Maria Madalena, revela um trabalho secular de desvalorização através da distorção da sua identidade e da apropriação e falsificação dos fatos históricos da vida delas.

Essa história revela também em toda a sua perversão a profunda cumplicidade de clero e homens políticos na criação das representações distorcidas das duas mulheres. Dispomos, hoje em dia, de dois estudos bem completos da gênese desse capítulo do imaginário ocidental. Há o da historiadora Marina Warner (1976) sobre a Mãe-Virgem Maria, cuja abordagem interdisciplinar lhe permitiu criar uma tipologia das representações (virgem, rainha, esposa, mãe, intercessora) que mostra as estratégias das sucessivas reinvenções, a partir da apropriação e distorção dos arquétipos pré-cristãos da deusa Mãe-Terra, do sagrado feminino e da *virgin birth*⁵.

Em 1988, Helena Barbas defendeu em Lisboa uma tese de doutoramento em Letras, intitulada *Madalena–História e Mito*. (BARBAS, 2008). O estudo, impressionante pela riqueza da documentação trazida, segue o mesmo roteiro que o de Warner, o da apropriação e mutilação do arquétipo da deusa Mãe-Terra e do desapoderamento da sexualidade sagrada. A metodologia é, como a de Warner, historiográfica e cronológica na medida do possível, mas a abordagem é radicalmente diferente: Helena Barbas resolveu estudar todos esses textos (artísticos, literários, religiosos e teológicos) sobre Maria Madalena como meras narrativas ficcionais.

Para não criar confusão, é preciso fazer aqui uma breve excursão dedicada à etimologia do conceito de *virgem*. O seu sentido original nas civilizações pré-cristãs indica o estatuto muito respeitado de mulher

⁴ Tout comme l’armée, (...), les institutions masculines secrètent une culture spécifique d’autoglorification et de dévalorisation du féminin. (CHAPERON, 2004: 133).

⁵ O arquétipo da *virgin birth* (nascimento virginal) da criança nascida de mãe-virgem como sinal que anuncia ao mundo o nascimento de um profeta (Krishna, Jesus), de um grande sábio (Platão, Pythagoras) ou de um herói.

sexualmente independente, sábia, forte e autônoma, deusa, santa ou sacerdotisa. Nesse sentido, a *virgem* pode (ou não pode) ter (tido) contactos sexuais; ela pode ter filho “independentemente” de homem. A perversão foi criada pela Igreja católica ao transformar o sentido original, feminino, autônomo e sagrado, do conceito, num novo sentido definido a partir da sexualidade do homem e da sua obsessão pela penetração sexual. O termo *virgem* recebeu na doutrina cristã a significação de: mulher que não foi ainda penetrada por homem. Esse novo conceito de sexualidade torna a mulher dependente do homem e traz uma visão negativa da sexualidade, ao rejeitar o ato sexual como pecado. A Igreja associará a ele o conceito de *virgindade*, conceito moral, derivado do latim *virginitas*, ou ascese sexual. Aí é que o conceito se transformou em fundamento do poder eclesiástico, baseado no chamado *celibato* dos padres e em instrumento de controle da procriação e da sexualidade da mulher:

And it was this shift, from virgin birth to virginity, from religious sign to moral doctrine, that transformed a mother goddess like Virgin Mary, into an effective instrument of ascetism and female subjection. (WARNER, 1976: 49)

O novo imaginário propagado pela Igreja baseia-se numa dicotomia radical. Venera-se de um lado a Virgem-Mãe Maria com base em quatro dogmas inabaláveis. É uma experiência choquante e às vezes halucinante acompanhar Marina Warner na sua historiografia dos debates e manigâncias teológicas que, no decorrer de dois mil anos, constroem e legitimam sucessivamente esses quatro dogmas: o de ela ser mãe de Cristo (o único dado histórico fornecido pelo Novo Testamento!), o de ela ser Mãe-Virgem (pela apropriação, desde os primeiros escritos doutrinários, do mito pré-cristão da *virgin birth*), o da Conceição Imaculada (1845) e o da Assunção com corpo e alma (1920).

Ao vilipendar e transformar em pecado a sexualidade sagrada pré-cristã, ao aniquilar o poder da deusa Mãe-Terra e das suas sacerdotisas, os padres vedaram o acesso direto que tinham as mulheres ao divino! Instalaram-se no mundo ocidental como especialistas do sexo, auto-definindo-se como representantes de Deus na terra, porta-vozes da lei divina e intermediários indispensáveis entre o ser humano e o divino. Como compensação ideológica ofereceram às mulheres uma “nova” virgem, a Virgem-Mãe Maria, intercessora para o acesso, sempre indireto e controlado pelos padres, da mulher ao divino.

MARIA MADALENA : DA VERDADE HISTÓRICA AO MITO

A representação convencional da figura de Maria Madalena, assentava-se durante séculos em cinco artículos de fé: o de ela ter sido a prostituta, a pecadora, a penitente, a possuída dos sete demônios que se tornou discípula do Cristo, além de ter sido a mulher adúltera (anônima) que ungiu os pés do Cristo e os secou com os cabelos. Fonte e símbolo de todos os pecados relacionados com sexualidade feminina, ela foi beatificada pela Igreja católica como pecadora penitente. O estudo de Helena Barbas inventaria as narrativas sobre Maria Madalena (teológicas, doutrinárias, literárias, artísticas, canções, cantos, vidas, contos etc.) nas quais o imaginário masculino depositou os seus fantasmas sexuais em relação à mulher. Ele permite ver como as obsessões de posse, poder, domínio, humilhação, violência, estupro, abuso da mulher... se suavizam, estetizam, sacralizam no mundo ocidental; como ao se transformarem em testemunhos e atos de fé e de justiça divina, em arte e literatura, essas máscaras legitimam e naturalizam a sua violência intrínseca contra a mulher.

A Maria Madalena histórica era outra figura. Ela é uma das mulheres ricas que sustentam o Cristo, recebem-no em casa quando ele vem fazer as suas pregações. Torna-se discípula dele, fica ao pé dele no momento da crucificação (não esqueçamos que todos os discípulos masculinos traíram o seu profeta, fugiram, covardes, e se esconderam!), foi sozinha no dia seguinte visitar o túmulo. Aí encontrou o Cristo ressuscitado e correu ao esconderijo dos apóstolos para os avisar da ressuscitação do Cristo. Compreende-se que, dentro do contexto do cristianismo oficial, a figura de uma discípula tão forte e mais corajosa do que os discípulos masculinos, tenha causado mal-estar.

A Maria Madalena da doutrina oficial e ortodoxa teve que ser outra mulher. Ela será construída, inventada e reinventada, no decorrer dos séculos. Uma fase crucial situa-se o século IV. Houve, depois do Concílio de Nicéa de 325, dois novos concílios no final do século (389 e 391) para o estabelecimento dos textos definitivos, ortodoxos, e oficialmente reconhecidos como bases da fé da religião oficial, que serão os quatro Evangelhos e as Epístolas do apóstolo Paulo. Os textos selecionados para constituírem o Novo Testamento revelam que foi uma das seitas mais duras, mais misóginas, a da linhagem dos apóstolos Pedro e Paulo, que tomou o poder. Proíbe-se às mulheres a participação ativa na Igreja; prescreve-se o silenciamento radical delas na vida pública e eclesiástica:

... conservem as mulheres caladas nas igrejas, porque não lhes é permitido falar, mas que elas estejam submissas, como também a lei o determina. E se querem aprender alguma coisa, interroguem em casa os seus próprios maridos, porque é vergonhoso que as mulheres falem na igreja. (1o Corintios, cap. 14, vers. 34-35)

Esses dois concílios estabeleceram também as listas dos textos apócrifos, *heterodoxos*. Entre eles constam todos os textos que ensinam a parte central, gnóstica, esotérica dos ensinamentos do Cristo, tais como os Evangelhos de Maria Madalena, de Felipe, Tomé e Judas, todos declarados falsos e heréticos. Esses evangelhos confirmam a misoginia daqueles homens que hoje em dia nos veneramos como fundadores-mártires da Igreja. O apóstolo Tomé, por exemplo, evoca no seu Evangelho o ódio que tinha o apóstolo Pedro de Maria Madalena: “Pedro disse-lhes: Que Maria saia de entre nós porque as mulheres não são dignas da vida.” No Evangelho da própria Maria Madalena, ela conta a rejeição dos seus ensinamentos esotéricos que lhe foram comunicadas em visões e revelações pelo próprio Cristo (*the Teacher*). Ela evoca a raiva invejosa do apóstolo Pedro que cito na tradução inglesa (LELOUP, 2002 :37):

How is it possible that the Teacher talked
in this manner with a woman
about secrets of which we ourselves are ignorant?
Must we change our customs,
and listen to this woman?
Did he really choose her, and prefer her to us? (p.17, vrs 15-20)

Perseguidos pela Igreja, os textos gnósticos entraram na clandestinidade, os seus estudiosos tiveram que divulgar os ensinamentos do Cristo por via oral e – sob a pressão das perseguições- de forma codificada e hermética. No fundo, a partir daí, existirão no mundo ocidental dois cristinanismos: de um lado o ortodoxo, associado ao poder público; um cristianismo de dogmas, leis e mandamentos, focalizado na luta contra o pecado e na Salvação graças à remissão dos pecados pelo intermédio dos representantes de Deus celeste na terra: o clero. E o outro cristianismo que respeita e divulga a doutrina completa do Cristo com a parte gnóstica, esotérica incluída. Ele ensina que Deus está dentro de nós, que podemos entrar em contato direto com ele graças a visões e revelações, (quer dizer: que não precisamos de padre como intermediário), que homens e mulheres são iguais e podem ser sacerdotes num pé de igualdade, que não há pecado e que a Salvação adquire-se graças ao conhecimento dos grandes mistérios da vida e do cosmos, na sabedoria adquirida numa vida de renúncia aos bens materiais, de ascese e busca incansável, dentro de nós, do conhecimento.

O EVANGELHO DE MARIA MADALENA

O Evangelho de Maria Madalena (PASQUIER/LELOUP, 2000) traz essa parte gnóstica dos ensinamentos do Cristo. O texto já foi descoberto em 1896, mas foi a partir da descoberta, em 1945, em Nag Hammadi⁶ e numa jarra escondida no deserto, dos outros evangelhos e textos gnósticos proibidos pelos concílios do século IV, que se tornou possível completar a visão da mulher histórica e do seu papel, tal como ficou salvaguardada nos 4 Evangelhos ortodoxos. Trata-se de um riquíssimo tesouro de textos proibidos pelos Concílios de 389 e 391 como falsos e apócrifos: são 13 códices de mais de 1100 páginas de papiro, escritas dos dois lados, com textos maioritariamente gnósticos. Vários desses textos, tais como os evangelhos de Felipe e de Tomé e a *Pistis Sophia*, dão detalhes sobre Maria Madalena que a mostram como companheira, porta-voz, profeta e apóstola preferida do Cristo; aquela que, contrariamente aos outros apóstolos, compreende os seus ensinamentos esotéricos, explica-os aos apóstolos e depois da morte do Cristo continua recebendo-os sob forma de visões e revelações. Na verdade, ela foi A apóstola e profeta preferida do Cristo. Foi a detentora da sua doutrina gnóstica, como o apóstolo Judas, tão vilipendado e distorcido pela doutrina oficial quanto Maria Madalena. Desde o início, houve essas duas tendências/correntes no cristianismo; a gnóstica e a do grupo dos apóstolos (Pedro, Paulo e outros), ao mesmo tempo misóginos e resistentes à parte gnóstica da doutrina do Cristo. Invejosos do lugar de relevo que Maria Madalena ocupava como apóstola preferida, irritados pelo fato de ela ser a sua interlocutora mais sabida, eles exigiam que a mulher seja silenciada e excluída de todas as funções eclesiais e públicas.

Quanto a Maria Madalena, foi o Papa Gregório Magno, (GREGOIRE LE GRAND, 2008) que conseguiu apagar radicalmente a memória da sua voz, identidade e autoridade. Num sermão, proferido em 21 de setembro de 591, o papa decretou que, fora a mãe do Cristo, Maria de Nazareth, as outras mulheres chamadas de Maria e mencionadas no Novo Testamento eram uma e a mesma mulher, a saber: Maria Madalena. Assim é que a Maria Madalena

⁶ Razão pela qual o Evangelho de Maria Madalena foi inserido na edição completa dos textos de Nag Hammadi, em *A Biblioteca de Nag Hammadi*, org. por Piñero/Torrents/Bazan, Lisboa, Esquilo, 2005, vol. II, pp. 125-136.

apóstola/profeta tornar-se-á, na fé católica e no imaginário dos fiéis, a prostitua, pecadora, penitente, possuída dos sete demônios e esposa adúltera; essa mulher que se arrependeu de todos seus pecados sexuais e se tornou discípula do Cristo.

São duas grandes mulheres-profetisas, a mãe do Cristo e Maria Madalena, cuja identidade e papel históricos foram distorcidos perversamente *et in saecula saeculorum*, para servir para a criação, nos moldes da historiografia patriarcal (glorificação versus difamação), de uma medalha que mostra no verso a Virgem-Mãe, intercessora do divino e modelo de todas as virtudes femininas, a-sexual e fonte de eterna culpabilidade para todas as mulheres, ao representar no reverso Maria Madalena, a pecadora, essa mulher terrestre cuja sexualidade, desde Eva, causa todos os males da humanidade.



Vitral de Maria Madalena, pecadora penitente aos pés do Cristo.
Século XIII. Musée de l'Oeuvre de Notre Dame, Estrasburgo, França

CONCLUSÃO

Os analfabetas do século XXI não serão aqueles que não sabem ler e escrever, mas aqueles que não sabem aprender, desaprender e reaprender.

Alvin Toffler

A exclusão da mulher-autora do Cânone e o tratamento preconceituoso das autoras- *mulheres-alibi* que os historiógrafos não conseguiram silenciar e tiveram que inserir nele, foi desde os começos dos estudos de mulher e de gênero, um dos temas centrais das discussões. Como já aconteceu no século

XIX, na época do Romantismo, com as tradições orais dos povos europeus, desprezadas, silenciadas e perseguidas pelas elites políticas e eclesiásticas (BURKE, 1978) e de novo com a literatura de cordel nordestina na fase da Ditadura, a primeira reação feminista nos anos setenta foi a da vontade de reabilitação. Quisemos demonstrar que “Mulher também faz Literatura” e que o resgate das autoras e das suas obras marginalizadas revelava um tesouro imenso cuja inserção no Cânone era um dos objetivos dos estudos de mulher.

Porém, o que mudou radicalmente nos últimos cinquenta anos é a visão convencional sobre o Cânone. É exatamente nos anos setenta que começam a entrar no campo dos estudos de Letras, juntamente com os questionamentos feministas, as correntes de pensamento pós-moderno, inicialmente violentamente combatidas e até hoje ainda mal integradas pela “ordem do discurso” (FOUCAULT, 1970) humanista das Letras. Ao desmascararem como sendo preconceitos os seus pressupostos sacrossantos, revelaram aos poucos que o Cânone, a sua historiografia e o ensino literário, desde a fundação dos departamentos de Letras, são antes de mais nada narrativas que ocultam uma “política do espírito” que foi ao mesmo tempo produto e sustento da evolução das lutas pelo poder nos estados-nações dos séculos XIX e XX.

Ao observarmos esse produto com lentes de mulher e baseando-nos no exemplo de Maria Madalena e da Mãe Virgem Maria, podemos concluir que se trata de um discurso intrínseco e essencialmente violento que permitiu e ainda permite legitimar, suavizar, estetizar, mascarar, naturalizar e dignificar essa violência sob forma de um “humanismo”, apresentado-o como lei divina, verdade universal ou verdade científica. As artes, a literatura do cânone, a sua historiografia convencional, a sua ciência e o seu ensino através do ensino formal primário, secundário e universitário constituem na cultura contemporânea uma estratégia básica para formatar a estrutura mental e o imaginário do “bom” cidadão que é “treinado”, inconsciente e continuamente, para considerar como beleza, justiça, direito ou verdade a violência masculina expressa em formas artísticas ou literárias e em teorias científicas.

É essa a razão pela qual a questão não pode ser mais: Como conquistar o espaço para a mulher nos cânones artístico e literário convencionais! A questão é, como não só os movimentos sociais da atualidade, tais como MeToo e as denúncias dos inúmeros escândulos da pedofilia do clero, como também o escândulo recente em torno do Prêmio Nobel da Literatura demonstram: Como desconstruir e mudar essa cultura cujas estruturas básicas (mentais, emocionais,

imaginárias) originam-se e estão radicadas numa sexualidade masculina que associa sexo e sexualidade a violência, poder e posse? Como mudar essas práticas de ensino literário, artístico e outro, que formam, formatam e habitam inconscientemente o ser humano para ele aceitar e admirar como arte, beleza, justiça, direito, ciência ou verdade, atos, discursos e obras que propagam, explícita e implicitamente, - e através da sua estrutura dicotômica básica - a violência, a exclusão, o silenciamento, a distorção e outros horrores.

A questão é: Como erradicar da cultura aquela base subjacente que é a de uma sexualidade masculina predadora e primitiva? Como disse Françoise Héritier⁷, dez dias antes de morrer, ao comentar o movimento do MeToo: “É preciso aniquilar a ideia do desejo masculino irrepresível.”⁸ (COJEAN, 2017); essa ideia subjacente à construção social e imaginária básica da cultura contemporânea e da sua *main-stream-science* cujos pressupostos, valores e códigos só um trabalho ainda muito mais radical de descentramento, transgressão e subversão vai poder abalar.

Cinqüenta anos depois dos primórdios, a questão da inserção da mulher-autora no Cânone tem que ser colocada dentro dessas novas perspectivas críticas, indo muito além da vontade de mais uma conquista a realizar pelas mulheres e os homens aliados aos seus objetivos. Ela pressupõe a resposta a uma questão de ética profissional e humana que é a seguinte: Até quando vamos continuar a pensar, ler, interpretar e historiografar as nossas literaturas integrando-nos num discurso, numa “ordem de discurso” que, debaixo de aparências cada vez mais “civilizadas” mas também mais distorcidas e perversas, estrutura-se, no mundo ocidental, ainda segundo o modelo que nasceu em 325, no Concílio de Niceia.

REFERÊNCIAS

- ANDERSON, Benedict. *Imagined Communities: Reflections on the Origin and Spread of Nationalism*. Londres: VERSO, 1983.
- BAL, Mieke. *Femmes imaginaires - L’Ancien Testament au risque d’une narratologie critique*. Utrecht/Montréal: HES/Hurtebise, 1985.
- BURKE, Peter. *Popular Culture in Early Modern Europe*. London: Temple Smith, 1978.

⁷ Faleceu em Paris, no dia 15 de novembro 2017, a grande antropóloga e feminista Françoise Héritier (1933-2017), profa honorária do Collège de France onde sucedeu a Claude Lévy-Strauss na Cátedra de Antropologia social. Françoise Héritier foi a pensadora que mais contribuiu para a desconstrução das ideias ocidentais sobre o masculino, o feminino e a sexualidade.

⁸ Il faut anéantir l’idée d’un désir masculin irrepresible.

-
- CHAPERON, Sylvie. Simone de Beauvoir à la croisée de l'histoire des femmes et des intellectuels. In: RACINE, N. e TREBITSCH, M. (dir.). *Intellectuelles: du genre en histoire des intellectuels*. Paris: Complexe, 2004, p. 115-136.
- COJEAN, Annick. Françoise Héritier: *Il faut anéantir l'idée d' un désir masculin irrépressible*. In La Matinale du 04/11/2017, Paris: 2017
- DUBY, Georges. *Le Chevalier, la Femme et le Prêtre*. Paris: Hachette, 1981.
- DUARTE, Constância, CORTES, Cristiane e PEREIRA, Maria do Rosário orgs. *Escrevivências: identidade, gênero e violência na obra de Conceição Evaristo*. Belo Horizonte: Idea, 2016.
- GREGOIRE LE GRAND. *Homélies sur l'Évangile, 2, Sermão XXXIII*. In: *Sources chrétiennes*, no. 522, Paris, Ed. Cerf, 2008.
- FOUCAULT, Michel. *L'ordre du discours*. Paris: PUF, 1970.
- LELOUP, Jean-Yves. *The Gospel of Mary Magdalene*. Rochester: Inner Traditions, 2002.
- LEMAIRE, Ria. Patrimônio e Matrimônio - proposta para uma nova historiografia da cultura ocidental. In: *Educar em Revista*, no 70. Dossiê – Educação feminina-História e Memória, julho-ag., 2018, p. 17-33.
- LEMAIRE, Ria. As personagens femininas do Pergaminho Vindel. In: RODRIGUEZ GUERRA e ARIAS FREIXEDO orgs. *The Vindel Parchment and Martin Codax/O Pergaminho Vindel e Martin Codax. The Golden Age of Medieval Galician Poetry/O esplendor da poesia galega medieval*. Amsterdam. John Benjamin. 2018, p. 69-82
- LOPES, Fernão. Prólogo. In: *Crónica de D. João I, 1ª parte*. Lisboa: Sá da Costa, 1976, p. 13-17.
- MILLETT, Kate. *Sexual Politics*. New York: Doubleday, 1970.
- PASQUIER, Anne e LÉLOUP, Jean-Yves. *L'évangile de Marie-Myriam de Magdala*. Paris, Albin Michel, 2000.
- RACINE, N. e TREBITSCH, M. (dir.). *Intellectuelles: du genre en histoire des intellectuels*. Paris/Bruxelles: Complexe, 2004.
- RENAN, Ernest. *Qu'est-ce qu'une nation?* In: *Œuvres Complètes (1947-1961)*. Vol. I. Paris: Calmann-Lévy, 1947.
- VALERY, Paul. La politique de l'esprit. Notre souverain bien. In: *Œuvres*. Paris: Gallimard, Pléiade, vol.1, 1957.
- WARNER, Marina. *Alone of All Her Sex. The Myth and the Cult of the Virgin Mary*. New York: Knopf, 1976.
- WHITE, Hayden. *Metahistory: The Historical Imagination in Nineteenth-Century Europe*. Baltimore: John Hopkins, 1973.

Nota do editor:

Artigo submetido para avaliação em: 24/06/2018.

Aprovado em sistema duplo cego em: 26/07/2018.